

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR REGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL – RS**

Referência: Pregão Eletrônico nº 05/2026

ECOSOLYS DA AMAZÔNIA INDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.482.135/0001-05, com sede na Av. Rodrigo Otavio nº5459 na cidade de MANAUS/AM, Bairro: Japiim, neste ato representada por seu Procurador, LORIMAR CHARÃO LAGO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1069416376 SSP/PC e CPF nº nº 011.350.270-21, fone: (55) 9 99063933, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do resultado do Pregão Eletrônico nº 05/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contra a empresa, CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 42.753.718/0001-07, com base nos argumentos a seguir expostos.

Do Objeto do Certame

Registro de Preço visando à aquisição de ar-condicionado para diversas Secretarias e unidades administrativas do Município de Caçapava do Sul.

1. DOS FATOS

2.

Em consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível no Portal da Transparência do Governo Federal, verificou-se que a empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA possui diversos registros de sanções administrativas vigentes de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

As penalidades foram aplicadas por diferentes órgãos da Administração Pública, inclusive órgão federal e administrações municipais, todas ainda dentro do período de vigência, conforme documentação anexa.

Tal situação demonstra histórico recente de penalizações administrativas decorrentes de descumprimento de obrigações perante a Administração Pública.

2. DA POSSÍVEL DECLARAÇÃO INVERÍDICA

Em regra, os editais de licitação exigem que os licitantes apresentem declaração de que não possuem impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Considerando a existência de registros de penalidades vigentes em cadastros oficiais do Governo Federal, faz-se necessária a verificação da veracidade das declarações apresentadas pela empresa habilitada, uma vez que eventual omissão ou declaração incompatível com os registros oficiais pode caracterizar declaração inverídica.

3. DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública deve observar rigorosamente os princípios da legalidade, moralidade administrativa, isonomia e seleção da

proposta mais vantajosa, princípios estes previstos na legislação que rege as contratações públicas.

A contratação de fornecedor que apresenta múltiplas sanções administrativas vigentes pode representar risco ao interesse público, motivo pelo qual a análise da idoneidade do licitante torna-se medida necessária para resguardar a regularidade do certame.

4. DO VÍNCULO SOCIETÁRIO COM EMPRESA TAMBÉM SANCIONADA

Durante a análise das informações públicas disponíveis em cadastros oficiais, verificou-se que o Sr. PAULO HENRIQUE ANDREANI ARAÚJO, CPF nº 022.905.351-33, figura como sócio da empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA.

Conforme consulta realizada em bases públicas de dados empresariais e registros de sanções administrativas, o referido sócio também integra o quadro societário da empresa AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.221.464/0001-29.

Ressalta-se que a empresa AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA possui registro de sanção administrativa consistente em impedimento/proibição de contratar com prazo determinado, aplicada por órgão da Administração Pública.

A referida penalidade foi aplicada com fundamento no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, possuindo vigência no período de 02/02/2026 até 18/04/2027, conforme registro constante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Tal circunstância demonstra a existência de vínculo societário entre empresas que possuem registros de penalidades administrativas perante a Administração Pública, fato que merece análise cautelosa por parte desta Administração.

5. DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA

Diante da existência de diversas penalidades registradas em nome da empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, solicita-se a realização de diligência por parte deste Pregoeiro para análise detalhada da situação da referida empresa.

Tal medida é essencial para garantir a lisura do procedimento licitatório e assegurar que a Administração Pública contrate fornecedor que apresente condições adequadas de regularidade e idoneidade.

6. DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO VENCIDA

Durante a análise da documentação apresentada pela empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA, verificou-se que a Certidão Negativa Correccional apresentada encontra-se vencida desde a data de 28/09/2025.

A referida certidão constitui documento destinado a comprovar a inexistência de registros de sanções administrativas em cadastros mantidos pela Administração Pública, sendo documento relevante para a verificação da idoneidade do licitante.

Dessa forma, a apresentação de certidão vencida impede a comprovação da situação regular da empresa perante os registros correccionais da Administração Pública no momento da habilitação.

A habilitação em processo licitatório exige a apresentação de documentação válida e vigente na data do certame, motivo pelo qual a aceitação de documento vencido compromete a regularidade do procedimento e afronta o princípio da isonomia entre os licitantes.

7. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;
2. A realização de diligência para análise das sanções administrativas registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS em nome da empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA e AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA;
3. A verificação da veracidade das declarações apresentadas pela referida empresa no processo licitatório;
4. A revisão da decisão que declarou habilitada a empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA, adotando-se as providências cabíveis conforme a legislação aplicável e as disposições do edital.
5. A realização de diligência para verificação detalhada da situação das empresas mencionadas e de seus respectivos sócios.
6. A análise e validade da Certidão Negativa Correccional.

Termos em que pede deferimento.

Manaus/AM, 13 de março de 2026.

Ecosolys da Amazonia Industrial Ltda

CNPJ: 53.482.135.0001/05

Lorimar Charão Iago - Procurador

CPF nº: 011.350.270-21 RG: 1069416376 SSP/PC



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA**

CPF/CNPJ: **42.753.718/0001-07**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:59:02 do dia 29/08/2025 , com validade até o dia 28/09/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: IOA8U14G9Y3zJWC4yzLQ

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 13/03/2026 11:37:53

Data da última atualização: 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS
LTDA - 46.221.464/0001-29

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA

Nome informado pelo Órgão sancionador

AC EQUIPAMENTOS
E
ELETRODOMESTICO
S LTDA

Nome Fantasia

SEM INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro

CEIS

Categoria da sanção

IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE
CONTRATAR COM PRAZO
DETERMINADO

Data de início da sanção

02/02/2026

Data de fim da sanção

18/04/2027

Data de publicação da sanção

**

Publicação

SEM INFORMAÇÃO

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

**

Número do processo

12600001635202519

Número do contrato

68/2024

Abrangência da sanção

EM TODOS OS
PODERES DA
ESFERA DO ÓRGÃO
SANCIONADOR

Observações

IMPEDIMENTO DE
LICITAR E
CONTRATAR - LEI
14.133/2021, ART. 156,
INC. III

Origem da Informação

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Data da Origem da Informação

02/02/2026

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO		DF

Fundamento legal

LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 13/03/2026 10:10:26
Data da última atualização: 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita	Nome informado pelo Órgão sancionador	Nome Fantasia
CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA - 42.753.718/0001-07 CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA	CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	CASTRO EQUIPAMENTOS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro CEIS	Categoria da sanção IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO		
Data de início da sanção 18/11/2025	Data de fim da sanção 18/05/2027		
Data de publicação da sanção 18/11/2025	Publicação DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO A2 PAGINA 1	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado 24/12/2025
Número do processo 004	Número do contrato 008	Abrangência da sanção NA ESFERA E NO PODER DO ÓRGÃO SANCIONADOR	Observações
Origem da Informação PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA (PE)	Data da Origem da Informação 30/12/2025		

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA (PE)		PE

Fundamento legal

LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 13/03/2026 10:02:45
Data da última atualização: 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita	Nome informado pelo Órgão sancionador	Nome Fantasia
CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA - 42.753.718/0001-07	CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	CASTRO EQUIPAMENTOS
CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA		

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro	Categoria da sanção		
CEIS	IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO		
Data de início da sanção	Data de fim da sanção		
25/11/2025	25/11/2026		
Data de publicação da sanção	Publicação	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado
**	SEM INFORMAÇÃO		**
Número do processo	Número do contrato	Abrangência da sanção	Observações
08206.001470/2025	16/2024-DTI/PF	EM TODOS OS PODERES DA ESFERA DO ÓRGÃO SANCIONADOR	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - LEI Nº 10.520/02, ART. 7º
Origem da Informação	Data da Origem da Informação		
MINISTÉRIO DA FAZENDA	26/02/2026		

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL		DF

Fundamento legal

LEI 10520 - ART. 7º - QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCRENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 40 DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 13/03/2026 10:11:23

Data da última atualização: 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA -
42.753.718/0001-07

[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

Nome informado pelo Órgão sancionador

CASTRO
EQUIPAMENTOS
LTDA

Nome Fantasia

CASTRO
EQUIPAMENTOS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro

CEIS

Categoria da sanção

IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE
CONTRATAR COM PRAZO
DETERMINADO

Data de início da sanção

22/01/2026

Data de fim da sanção

22/01/2027

Data de publicação da sanção

**

Publicação

SEM INFORMAÇÃO

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

**

Número do processo

0.024897/2025-23

Número do contrato

10378/2025

Abrangência da sanção

NO ÓRGÃO
SANCIONADOR

Observações

IMPEDIMENTO DE
LICITAR E
CONTRATAR - LEI
14.133/2021, ART. 156,
INC. III

Origem da Informação

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Data da Origem da Informação

22/01/2026

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
PREFEITURA DE FARROUPILHA		RS

Fundamento legal

LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 13/03/2026 10:10:58

Data da última atualização: 03/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA -
42.753.718/0001-07

[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

Nome informado pelo Órgão sancionador

CASTRO
EQUIPAMENTOS
LTDA

Nome Fantasia

CASTRO
EQUIPAMENTOS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro

CEIS

Categoria da sanção

IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE
CONTRATAR COM PRAZO
DETERMINADO

Data de início da sanção

17/12/2025

Data de fim da sanção

16/06/2026

Data de publicação da sanção

**

Publicação

SEM INFORMAÇÃO

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

**

Número do processo

084/25 122275/25

Número do contrato

Abrangência da sanção

EM TODOS OS
PODERES DA
ESFERA DO ÓRGÃO
SANCIONADOR

Observações

IMPEDIMENTO DE
LICITAR E
CONTRATAR - LEI
14.133/2021, ART. 156,
INC. III

Origem da Informação

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Data da Origem da Informação

24/02/2026

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE		GO

Fundamento legal

LEI 14133 - ART. 156, III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.